



TRF2, EMARF, CCJF e JFES homenageiam juiz federal com palestra do prof. Luís Roberto Barroso

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), a Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf), o Centro Cultural Justiça Federal (CCJF) e a Justiça Federal do Espírito Santo (JFES) prestam, no próximo dia 07 de dezembro, às 16h30min, homenagem ao juiz federal Luiz Eduardo Pimenta Pereira, falecido em agosto de 2006, com palestra proferida pelo professor Luís Roberto Barroso sobre “O princípio da dignidade da pessoa humana no Direito contemporâneo”.

A palestra será realizada durante a solenidade de aposição de placa no auditório da sede da JFES, em Vitória, in memoriam do juiz federal, falecido aos 31 anos.

Palestrante:

Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Luís Roberto Barroso tem mestrado pela Universidade de Yale, nos Estados Unidos, e doutorado em Direito pela UERJ, onde atua como professor titular.

O evento é gratuito e as vagas são limitadas. As inscrições devem ser feitas até o dia 05 de dezembro, apenas pelo e-mail ncs@jfes.jus.br. Os e-mails solicitando inscrição devem conter: nome completo, profissão/lotação, telefone ou ramal de contato.

A sede da JFES fica na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo, Vitória.

JFES participa da Semana Nacional de Conciliação a partir de 2ª feira (28)

Com mais de 5,4 mil processos incluídos na da Semana Nacional de Conciliação, a Justiça Federal da 2ª Região vai realizar a partir de segunda-feira, 28 de novembro, uma série de audiências para promover o acordo entre as partes simultaneamente no Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense e em Vitória.

O trabalho está sendo coordenado pelo Núcleo Permanente de Solução de Conflitos (NPSC), vinculado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Para a edição de 2011 do projeto, o Núcleo firmou parcerias com o Instituto Nacional da Previdência Social (INSS), com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com a Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN), com a Caixa Econômica Federal (CEF), com a Advocacia Geral da

União e com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), a fim de levar às mesas de negociação entre autores e réus processos que tratam de diversas questões judiciais.

Em Vitória, a organização do mutirão fica a cargo do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, sob a coordenação da juíza federal Cristiane Conde Chmatalik.

De acordo com a diretora do Núcleo de Apoio Judiciário da Seção Judiciária do Espírito Santo, Vera Ely Massariol, participam do mutirão no Estado as 3ª, 4ª e 5ª Varas cíveis, os 1º e 2º juizados especiais federais, além da 1ª Vara Federal de Cachoeiro e das varas fe-



derais de Linhares, São Mateus e Colatina.

A programação na SJES compreende 255 processos ajuizados para resolver litígios sobre créditos comerciais da CEF, e mais 64 ações de dano moral que dizem respeito à ECT.

A Semana Nacional da Conciliação vai acontecer entre os dias 28 de novembro e 2 dezembro. A iniciativa foi lançada pelo Conselho Nacional de Justiça. **Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas da SJES e Acos - Assessoria de Comunicação Social do TRF2**

Justiça Federal terá que aumentar 10% das audiências de conciliação em 2012/2013

Designar 10% a mais de audiências de conciliação do que o ano anterior e implementar a gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 50% das Turmas Recursais em 2012 e em 100% delas em 2013 são as metas que a Justiça Federal vai perseguir no próximo biênio. Definidas no V Encontro Nacional do Judiciário, encerrado nesta sexta-feira (18) em Porto Alegre (RS), as duas metas específicas da Justiça Federal somam-se a cinco metas gerais que vão nortear o trabalho do Judiciário, em busca de rapidez nos julgamentos e no funcionamento da Justiça.

O presidente do Conselho da Justiça Federal (CJF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Ari Pargendler, participou do evento, que reuniu presidentes dos 90 tribunais do país. De acordo com a primeira das cinco metas nacionais aprovadas, os tribunais brasileiros terão que julgar uma quantidade maior de processos de conhecimento em 2012 em relação ao número de ações que ingressarem no mesmo ano. “As metas são para todos os ramos da Justiça”, afirmou o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso.

Qualidade x celeridade - Em seu discurso no evento, o ministro Ari Pargendler salientou que, na busca de resultados, uma questão fundamental é a garantia de que as ações voltadas ao atendimento das metas prioritárias de curto prazo não concorram com as ações voltadas para os objetivos estratégicos de médio e longo prazos, o que poderia colocar em risco o alcance do Plano Estratégico dos tribunais.

Ele reforçou o posicionamento adotado no III Encontro Nacional, realizado em fevereiro de 2010, sobre a necessidade de o Judiciário não descuidar da qualidade na decisão do juiz, ao perseguir a meta de reduzir o crescente volume de processos. No que tange especificamente ao Superior Tribunal de Justiça, ao Conselho da Justiça Federal

e à Justiça Federal de 1º e 2º Graus, o ministro Pargendler informou apoiar todo o processo de planejamento e integração do Judiciário e empenhar-se para transformar em realidade as estratégias e metas traçadas.

“O cumprimento da Meta 3/2011 exemplifica esses resultados: três TRFs superaram a meta estabelecida (2ª, 3ª e 5ª regiões). Aqueles que não a alcançaram (o da 1ª e o da 4ª regiões) já superaram 80% do exigido”, esclareceu o presidente, que cumprimentou a todos pelas conquistas e resultados obtidos, salientando a necessidade de manter-se o debate permanente por um Judiciário ainda mais dedicado, fortalecido e integrado por uma prestação jurisdicional célere e efetiva.

Maior produtividade - O ministro Cezar Peluso destacou a importância da primeira meta e também da Meta 2, pois ambas tratam do aumento de produtividade do Judiciário. “Com o cumprimento da Meta 1 significa que os tribunais estarão julgando automaticamente mais processos de anos anteriores a cada ano”, completou o ministro. O presidente do CNJ ainda ressaltou que os resultados parciais de cumprimento das metas de 2011, que foram apresentados durante o V Encontro, “são a demonstração dos esforços de todos os tribunais em tentar adequar suas possibilidades materiais para superar os usuais resultados que seriam observados sem o estabelecimento de metas”. Em relação a 2011, os tribunais julgaram, até setembro desse ano, 74,4% dos 4,3 milhões de processos que entraram na Justiça até dezembro de 2005.

Além das cinco metas que deverão ser alcançadas por todos os segmentos de Justiça, os magistrados definiram 14 metas específicas para as várias Justíças (Federal, Trabalhista, Eleitoral e Militar) em 2012. Foram aprovadas todas as sugestões definidas pelos próprios gestores de metas dos tribunais em reunião prévia, realizada em outubro em Brasília.

Metas do Judiciário 2012/2013

Meta 1

2012 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012.

2013 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013.

Meta 2

2012 - Julgar, até 31/12/2012, pelo menos 50% dos processos de conhecimento de 1º e 2º graus distribuídos na Justiça

Federal até 31/12/2007. No caso dos Juizados Especiais e Turmas Recursais da Justiça Federal distribuídos entre 2007 a 2009.

2013 - Julgar, até 31/12/2013, pelo menos 50% dos processos de conhecimento de 1º e 2º graus distribuídos na Justiça Federal até 31/12/2008. No caso dos Juizados Especiais e Turmas Recursais da Justiça Federal distribuídos em 2010.

Meta 3

2012 - Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça.

Meta 4

2012 - Constituir núcleo de cooperação Judiciária e instituir a figura do Juiz de Cooperação.

Meta 5

2012 - Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia para recolhimento

Metas específicas para a Justiça Federal

Meta 6

2012 - Designar 10% a mais de audiência de conciliação do que o ano anterior (ano base 2011).

2013 - Designar 10% a mais de audiência de conciliação do que o ano anterior (ano base 2012).

Meta 7

2012 - Implementação da gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 50% das Turmas Recursais.

2013 - Implementação da gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 100% das Turmas Recursais.

Assessoria de Comunicação Social do CJF

XIII Leilão Unificado arrecada mais de R\$ 1 milhão

A Justiça Federal do Espírito Santo arrecadou R\$ 1.191.265,50 no XIII Leilão Unificado, realizado nos dias 04 e 22 de novembro.

Foram arrematados bens de diversas naturezas, oriundos de processos das 3ª, 4ª e 5ª varas federais cíveis e da 4ª Vara Federal de Execução Fiscal: imóveis, vagas de garagem, veículos, retroescavadeira, equipamentos de informática, móveis, pedra de granito, máquina para polir mármore, entre outros.

Coordenado pelo Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ), o evento foi realizado de forma presencial, no auditório da sede da JFES, em Vitória.

Veja os resultados de cada praça:

1ª Praça – 04/11

Dois negócios: R\$ 275.372,50 (5ª VF-Cível)
R\$ 750.000,00 (5ª VF-Cível)

Subtotal: R\$ 1.025.372,50

2ª Praça – 22/11

Sete negócios: R\$ 36.000,00 (5ª VF-Cível)
R\$ 16.143,00 (5ª VF-Cível)
R\$ 600,00 (5ª VF-Cível)
R\$ 45.900,00 (3ª VF-Cível)
R\$ 8.000,00 (3ª VF-Cível)
R\$ 21.000,00 (4ª VF-Execução Fiscal)
R\$ 38.250,00 (4ª VF-Cível)

Subtotal: R\$ 165.893,00

Total: R\$ 1.191.265,50



Inauguradas, na última sexta (18), as novas instalações da VF-Colatina

“Prestar um atendimento melhor, mais focado no seu cliente, que é o cidadão”. Este foi o objetivo da Justiça Federal ao inaugurar as novas instalações da Vara Federal de Colatina, conforme declarou o diretor foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, em solenidade realizada no último dia 18, que contou com a honrosa presença do corregedor-geral da 2ª Região, desembargador federal André Fontes, representando a presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargadora federal Maria Helena Cisne.

O diretor do foro iniciou sua fala agradecendo a presença do corregedor-regional e das demais autoridades que prestigiavam o evento – dentre elas o desembargador federal Luiz Antonio Soares; as juízas federais da VF-Colatina, Rosália Monteiro Figueira (titular) e Juliana Montenegro Calado (substituta); e os prefeitos de Colatina e de Pancas, Leonardo Deptulski e Luiz Pedro Schumacher, além de procuradores, promotores, representantes da Ordem do Advogado do Brasil, membros do poder legislativo e representantes de instituições bancárias e associações de classe.

O juiz federal também fez questão de agradecer, na pessoa do engenheiro Carlos Chaves Damásio, os servidores que contribuíram com as obras e a mudança para o novo prédio.

A antiga área ocupada pela vara federal no Fórum estadual de Colatina possuía 220 metros quadrados, ao passo que as novas instalações – na rua Santa Maria, 46, Cen-

tro – possuem 490 metros quadrados, proporcionando mais espaço e conforto para usuários e servidores. O magistrado explicou que a mudança da vara para o novo local se deu devido à necessidade de uma área maior para atender o cidadão, em virtude do grande número de ações protocolizadas naquela subseccional – da instalação da vara federal, em 2005, até hoje, foram distribuídos quase 13 mil processos.

O juiz federal também destacou que a presença da Justiça Federal em Colatina contribuiu com o desenvolvimento econômico do município, tendo em vista que já viabilizou o pagamento de mais de R\$ 15 milhões em requisições de pequeno valor (RPVs) naquela região. “São mais de 5 mil pessoas com seus direitos reconhecidos, impulsionando a economia do município”.



Homenagem

Após seu pronunciamento, o diretor do foro da SJES fez um agradecimento especial ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES), na pessoa de seu presidente, desembargador Manoel Alves Rabelo, ali representado pelo diretor do Fórum estadual do município, juiz de direito Jocy Antonio Zanotelli. O diretor do Fórum recebeu do juiz federal uma placa de homenagem por, durante mais de seis anos, ter cedido espaço e “nos acolhido de forma tão carinhosa no fórum estadual de Colatina”, conforme ressaltou Fernando Mattos.

Ao receber a homenagem, Zanotelli declarou que foi uma honra dividir o mesmo espaço com a Justiça Federal no fórum estadual. “Foi uma parceria muito harmoniosa”, enfatizou.

O juiz afirmou, ainda, que a Justiça estadual e a população colatinense foram beneficiadas com a instalação da Justiça Federal naquela cidade. “Vários processos que tramitavam na Justiça estadual (cerca de 2 mil na época da instalação da VF-Colatina) passaram a tramitar na Justiça Federal e as ações vêm sendo rapidamente resolvidas. São alvarás, pensões, resíduos de PIS/PASEP, Fundo de Garantia - valores mínimos, mas que para aquelas pessoas têm um valor maior. E a gente sabe que os processos estão sendo resolvidos, porque sempre ouvi alguém comentando: resolvi aquele problema, consegui aquele benefício”.

O juiz de direito finalizou seu discurso destacando que “Colatina hoje está protegida com a Justiça Federal” e que “o fórum estadual está de portas abertas para a Justiça Federal, seja para qualquer evento, seja para retornar”.

Amor pelo Espírito Santo

Depois da homenagem, chegou a vez do corregedor-regional da 2ª Região, desembargador federal André Fontes, deixar sua mensagem, representando a Presidência do TRF2. O magistrado não poupou elogios ao declarar seu amor pelo Estado: “Trago no coração todos os dias, ao lado da bandeira do Espírito Santo, o sentimento que tenho por esta

terra. Muito me honra vir aqui participar desta inauguração”.

Defensor do Espírito Santo e da interiorização da Justiça Federal, o corregedor-regional destacou que a inauguração da nova casa da JFES em Colatina demonstra a importância das varas do interior. “É a Justiça indo à sociedade e não a sociedade à Justiça. Apesar de todas as dificuldades, luto para que um dia possamos, assim como a Justiça do Trabalho, abranger quase a totalidade dos municípios”.

A solenidade terminou com o descerramento da placa comemorativa à inauguração das novas instalações, feita pelo corregedor-regional, acompanhado do desembargador federal Luiz Antonio Soares, do diretor do foro, das juízas federais da Vara Federal de Colatina e do diretor do Fórum estadual de Colatina.

A jurisdição da Vara Federal de Colatina recebe processos de execução fiscal, criminal, cível e juizados, e abrange os municípios de Colatina, Ecoporanga, Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Mantenópolis, Águia Branca, Alto Rio Novo, Pancas, São Gabriel da Palha, Vila Valério, São Domingos do Norte, Governador Lindenberg, Marilândia, São Roque do Canaã e Baixo Guandu.

A Vara Federal de Colatina abriu suas portas para o público no dia 16 de novembro.

Alimentos arrecadados no 2º Seminário Filosofia & Direito são entregues à Casa Sagrada Família

Os alimentos não perecíveis arrecadados com as inscrições do II Seminário de Filosofia & Direito da Justiça Federal do Espírito Santo foram entregues na tarde de hoje (24) à Casa Sagrada Família (CASF).

Localizada na Rua Graciano Neves, 516, Centro, em Vitória, a CASF é uma entidade sem fins econômicos, que presta assistência a crianças e famílias que vivem com HIV/AIDS, mediante distribuição de cestas básicas, repasse de doações, palestras de prevenção à doença, acompanhamento psicopedagógico para as crianças, visitas domiciliares semanais às famílias e acolhimento e moradia de crianças em situação de risco social e pessoal.

A servidora Magda Aparecida Chagas Pereira, da Seção de Contadoria (Secont/NAJ), acompanhou a entrega das doações que foram recebidas pela secretária da CASF, Valdicéia Melotti.



JFES realiza segundo treinamento em língua brasileira de sinais

Para facilitar o atendimento às pessoas com deficiência auditiva, a Seção Judiciária do Espírito Santo promove pela segunda vez a realização de um curso de Língua Brasileira de Sinais (Libras). Por meio da contratação do Senai, o curso está oferecido a 20 servidores das varas federais e áreas administrativas da capital e do interior.

Segundo o supervisor da Seção de Desenvolvimento de Recursos Humanos e Estágio (Sedre/NGP), Ronnie Francis Mariano, o curso tem 40 horas e ocorre de 18 de novembro a 19 de dezembro, na modalidade a distância, podendo ser acessado de qualquer computador com acesso à internet. Além disso, contará com dois encontros presenciais. “A ideia é que todo ano seja feita uma reciclagem”, acrescenta o supervisor

I Encontro de Coros da Justiça Federal reúne corais da JFES, do TRE e da Fames

Foi realizado nesta quinta-feira, às 18h30, o I Encontro de Coros da Justiça Federal do Espírito Santo, no auditório da JFES, em comemoração ao segundo aniversário do Coral da Justiça Federal. O evento foi prestigiado por cerca de 100 pessoas e contou com apresentações do Coral da Justiça Federal, do Coral Canta TRE (Tribunal Regional Eleitoral) e do Coro Jovem da Fames (Faculdade de Música do Espírito Santo).



O repertório, eclético, passou por canções de Adoniran Barbosa, Heitor Villa-Lobos, Pixinguinha, Toquinho e Vinícius de Moraes, John Lennon e Paul McCartney, até Claudinho e Buchecha.

O projeto Canto Coral da JFES iniciou suas atividades em outubro de 2009 por iniciativa dos próprios servidores, que viram no projeto um instrumento agregador, capaz de traduzir em manifestação cultural os valores perseguidos no âmbito da Justiça.

Com o apoio da Associação dos Servidores da Justiça Federal – ES (Assejufes), e a coordenação do Núcleo de Pessoas da JFES, o coral promove a integração entre os servidores, investindo na qualidade de vida através do desenvolvimento musical. Além disso, busca o enriquecimento cultural da instituição, em uma proposta de aproximação da Justiça Federal com a sociedade, apresentando-se em solenidades e eventos internos e externos.

À frente do grupo está Hellem Pimentel, maestrina-fundadora do coral.

Núcleo da Emarf informa as próximas videoconferências

9º Encontro
Ciclo de Debates de Direito Tributário
Fórum

Direito Tributário

Público-Alvo:
Magistrados Federais, Operadores do Direito, Servidores do Poder Judiciário, Advogados, Estudantes de Direito e demais interessados

Programação:
Sistema Fiscal da União Europeia, Direito Tributário Comunitário, Diretivas da UE em matéria tributária, Os tratados Europeus para evitar a dupla tributação e a elisão fiscal internacional, Aproximação do Direito Internacional Tributário da Espanha, O tratado Brasil Espanha para evitar a dupla tributação e sua interpretação à luz do Modelo de Comentário da OCDE.

Palestrantes:
Adilson Rodrigues Pires, Fernando Antón, Luz Rubial e Patrícia Seixas Lessa

Inscrições Gratuitas na EMARF:
• PARA MAGISTRADOS FEDERAIS:
Pela internet no endereço do CAE:
www.jfjf.gov.br/emarf
• PARA OS SERVIDORES INTERESSADOS DO RIO DE JANEIRO:
www.jfjf.gov.br/emarf
• PARA OS SERVIDORES DO ESPÍRITO SANTO:
Pelo telefone (27) 3183-5187
ou inscricao@emarf.jus.br

VAGAS LIMITADAS
Horas de trabalho pelo (27) 3183-5187

Local: Auditório do TRF
Rua Acre, 80 - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro

07 de Dezembro de 2011
das 9h às 13h

EMARF
GOT
CAE
ARRE

- Fórum “O novo CPC em Debate - Parte II - parte do curso de Direito Processual Civil” – 05 de dezembro, a partir das 10 horas

- Fórum “Direito Tributário – 9º Encontro”: 07 de dezembro, das 9 às 13 horas

Inscrições para servidores da JFES e para o público externo podem ser feitas pelo telefone (27) 3183-5187 ou nucleoemarf.es@jfes.jus.br. Magistrados federais devem se inscrever pelo módulo do CAE na internet.

Os eventos serão transmitidos por videoconferência para a Justiça Federal do Espírito Santo (Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo, Vitória/ES).

TNU aprova duas novas súmulas (44 e 45) e revisa a súmula 32

A Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (TNU) aprovou as Súmulas 44 e 45 e a revisão da Súmula 32, em sessão de julgamento realizada nesta quinta-feira (24), na sede do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília (DF).

Texto da Súmula 44: “Para efeito de aposentadoria por idade urbana, a tabela progressiva de carência prevista no art. 142 da Lei nº 8.213/91 deve ser aplicada em função do ano em que o segurado completa a idade mínima para concessão do benefício, ainda que o período de carência só seja preenchido posteriormente”. Precedente: PEDILEF 0022551-92208.4.01.3600

Texto da Súmula 45: “O salário-maternidade deve receber correção monetária desde a época do parto, independentemente da data do requerimento administrativo”. PEDILEF 0011597-23.2008.4.01.3200

O texto da Súmula 32 passa a ter a seguinte redação: “O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto nº 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a Administração Pública reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído”. Precedentes: PEDILEF 200832007034908 e PEDILEF 200461840752319

O texto anterior da Súmula 32, agora alterado, era o seguinte: “O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 (1.1.6); superior a 90 decibéis, a partir de 5 de março de 1997, na vigência do Decreto n. 2.172/97; superior a 85 decibéis, a partir da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003”. Assessoria de Comunicação Social do CJF